

Economia colonial: para além de uma *plantation* escravista-exportadora — o caso da região sudeste-sul

6. O MOSAICO DE FORMAS NÃO-CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO

No capítulo anterior, demonstramos que dificilmente se poderia pensar a *plantation* como uma unidade auto-suficiente. Mais do que isso, verificamos a existência de áreas que, no interior do espaço colonial, estariam voltadas para uma produção mercantil destinada ao abastecimento interno. Agora, se cruzamos essas informações com a estimativa demográfica de 1819, efetivamente começa a surgir uma nova realidade colonial, destoante da apresentada pelos modelos que pretenderam explicar a economia colonial.

Os dados populacionais existentes para 1819 pontualizam cabalmente que a sociedade colonial não se resumia a grandes senhores e escravos (ver Tabela 6-1). Na verdade, a população cativa brasileira girava ao redor de um terço do total, e, para as áreas ligadas à praça mercantil do Rio de Janeiro (Sul-Sudeste-Centro-Oeste), tal percentagem era ainda menor — 28,6% —, como se vê na Tabela 6-1. Isso insinua a existência, para além da *plantation*, de outras formas de organização do trabalho escravo e até mesmo tipos específicos de organização do trabalho livre (a exemplo da produção camponesa e da peonagem na pecuária).

Se consideramos que esses regimes de produção podiam estar ligados ao abastecimento interno, temos um quadro em que o mercado colonial surge como o resultado da interação e reprodução de diversas formas de produção. E se tomamos o suprimento da agroexportação escravista como eixo de análise, podemos chegar à conclusão de que a sua reprodução passava parcialmente pela reiteração mercantil de outras

{ formas de produção não-capitalistas e de uma escravidão alocada em outros setores econômicos.

Adiante, tentamos algumas das áreas abastecedoras do Rio de Janeiro e, portanto, de sua agroexportação, procurando pontualizar as formas sociais de produção que lhe davam vida. É necessário, contudo, desde já, deixar claro que não é nosso objetivo realizar uma análise detalhada de tais áreas, e muito menos identificar todos os mecanismos de funcionamento de suas formas de produção. Não é esse o nosso objeto de estudo e nem possuímos condições de pesquisa para isso. Nossa preocupação é apenas realizar uma primeira aproximação de tais temas, e nos deteremos apenas nas relações entre aquelas áreas/formas de produção e a praça do Rio de Janeiro (entendendo-se esta como centro consumidor e redistribuidor de mercadorias).

Tabela 6-1 — Distribuição da população brasileira por condição civil, segundo a estimativa demográfica de 1819

Região	Escravos	% de (A)	Livres	Total
Sul-Sudeste-Centro-Oeste	501.138	28,6	1.248.632	1.749.770
Norte-Nordeste	606.251	32,8	1.240.111	1.846.362
Total	1.107.389	30,8	2.488.743	3.596.132

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, p. 30.

Outra observação que gostaríamos de fazer é que, em certos casos, através de uma região, procuramos exemplificar uma dada organização de trabalho, o que não significa dizer que essa organização seja apenas peculiar àquela área, ou que nela só exista tal forma de produção. São os casos, por exemplo, dos médios senhores de escravos, exemplificados no Rio de Janeiro, e da unidade camponesa — com recurso do trabalho cativo —, para o que nos utilizamos de Minas Gerais. Essas formas de

organização do trabalho existem em outras regiões, e o Rio de Janeiro e Minas Gerais presenciaram simultaneamente outras formas de organização.

7. O RIO DE JANEIRO: A ESCRAVIDÃO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

O relatório do Marquês do Lavradio (Tabela 5-1) nos mostrou a especialização de certas áreas na produção de aguardente e mantimentos, tais como, farinha de mandioca e milho. Esse era o caso dos distritos de Cabo Frio e Inhomirim, dentre outros. De qualquer modo, em 1789 a população escrava dessas zonas de abastecimento girava ao redor de 40%. Realidade não muito distante daquilo que pode ser encontrado para áreas nitidamente açucareiras, como Campos, onde o índice é de 59% da população total. Esses dados nos permitem concluir que, embora marcadamente escravistas e conhecendo uma presença não-majoritária da agroexportação, essas regiões se ligam ao abastecimento. Assim sendo, como essas áreas demonstram, o trabalho escravo não estaria unicamente ligado à *plantation*.

A Tabela 4-4 pode nos dar uma primeira idéia, ainda que parcial, do tipo de plantéis presentes no agro fluminense. Esses quadros são compostos por 104 inventários *post-mortem*, de 1790 a 1830, tanto de unidades agroexportadoras como não-exportadoras. Por eles, de imediato, percebe-se que os plantéis com mais de 20 escravos concentram a maior parte, em geral mais de 50% dos cativos presentes na amostragem. Esses tipos de plantéis podem ser encontrados com mais freqüência entre as empresas voltadas para a exportação. Por exemplo, em 1820 mais de 70% das unidades exportadoras possuíam plantéis com mais de 20 escravos, sendo a média desses últimos de 57 cativos. Em contrapartida, nesse mesmo ano localizamos inventários que, assentados na produção para mercado interno, possuíam menos de cinco escravos produtivos. Nesse sentido, temos a empresa agrícola de João Alves Portugal voltada para a produção de farinha de mandioca. Esse inventariado era proprietário de seis cativos, dos quais dois com menos de um ano de

mão de obra de campo ligada a setores internos

idade. Entre os seus demais bens agrícolas, encontramos dois quartéis de mandioca, uma casa de fazer farinha e um cavalo velho. João Alves Portugal não possuía terras. Um quadro mais precário é visto na composição dos bens de outra unidade produtora de mandioca, esta de 1798. Maurício Pacheco e Maciel, dono de tal unidade, além dos mandiocais, tinha apenas quatro escravos e alguns animais de pequeno porte, não possuindo casa de farinha nem terras. Esses exemplos, além de nos apontarem para uma situação onde o trabalho escravo aparece associado ao trabalho familiar, nos revelam um baixo índice de acumulação para as pequenas empresas ligadas ao mercado interno; índice que seria menor se acrescentássemos as unidades onde apenas prevalece o trabalho familiar.

Tudo isso que dissemos, entretanto, não significa que os plantéis com mais de 20 escravos — o que já indica em si certa capacidade de acumulação — seja um privilégio das unidades ligadas ao mercado internacional. Isto é, nas empresas voltadas para o abastecimento interno, podemos encontrar também tais plantéis. Como é o caso da empresa de Domingos Oliveira Borges, que, em 1797, se assentava na produção de mandioca e possuía 24 escravos.¹ Embora nossa amostragem seja insuficiente para avançar qualquer afirmação mais categórica, parece-nos que, na atividade agrícola vinculada ao mercado interno, ao lado da pequena unidade escravista (com menos de cinco escravos, onde o que ocorre é a complementação do trabalho familiar livre pelo braço cativo), existem as de maior dimensão, com mais de 10 e até mesmo 20 cativos.

Isto significa dizer que este setor mercantil do agro fluminense não era composto apenas pela pequena produção de caráter familiar; ao lado dela, há empresas de *fato* escravistas, onde o predomínio do trabalho escravo sobre o familiar nos indica a capacidade de acumulação de tal setor. O que acabamos de expor pode ser ilustrado por dois inventários *post-mortem*, situados em períodos de tempo diferentes. Para finais do século XVIII temos, entre outros, o exemplo de Joaquim José Antunes Sodré, que possuía 14 escravos, 53 alqueires de terras, casa de fazer farinha e tinha como principal produção o cultivo de mandioca e de feijão.² Vinte e três anos depois, encontramos o inventário do tenente

Anastácio da Silva Duarte.³ A base de sua fortuna era uma empresa produtora, principalmente de mandioca, que possuía duas datas de terra — no valor de 2:100\$000 (dois contos e 100 mil-réis) —, uma casa de fazer farinha e 13 escravos. Esses casos são exemplos de que o escravismo colonial (relações de produção fundadas majoritariamente no trabalho escravo) não se limitava à agroexportação,⁴ estando também presente em produções voltadas para o abastecimento interno. E, como tal, esse escravismo sedimentava acumulações realizadas no mercado interno.

8. MINAS GERAIS: ESCRAVOS E CAMPONESES NO COMPLEXO AGROPECUÁRIO VOLTADO PARA O ABASTECIMENTO INTERNO

De acordo com a estimativa populacional de 1819 — que já nos tinha demonstrado que a sociedade colonial de então não podia ser resumida a grandes senhores e escravos —, a Capitania de Minas Gerais detinha 632 mil habitantes, dos quais 168.500 escravos, fato que transformava essa Capitania na maior concentração de cativos do Brasil, detendo 15,2% do total de sua escravaria.⁵ Esse dado ganha maior relevância se considerarmos que, na primeira metade do século XIX, a Capitania não concentrava o grosso de seus cativos em atividades de exportação, mas sim naquelas que se destinavam ao abastecimento interno.⁶ Mais do que isso, trabalhos dos anos de 1970 e 1980 constataam que tal vinculação remonta às primeiras décadas do século XVIII, demonstrando, assim, a estabilidade (independentemente de conjunturas da exportação) de unidades e de complexos agropecuários mercantis voltados para o abastecimento colonial.⁷

Segundo Sérgio Buarque de Holanda,⁸ é provável que, na metade do século XVIII, nem um terço da população de Minas Gerais se dedicasse à atividade mineradora. E, entre as atividades para as quais se dirigia a maioria da população mineira, teríamos a agricultura e a pecuária voltadas para o mercado interno. Já Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis,⁹ trabalhando com 1.247 cartas de doação de sesmarias, entre 1700 e 1750, demonstram que a agricultura mercantil-escri-

MG
+
mão-de-obra
para
ativida-
des im-
portada
ao abas-
tecimento
no.

vista ligada ao abastecimento interno existiu desde o início da colonização de Minas Gerais.¹⁰ Portanto, desde, pelo menos, princípios do século XVIII. Para esses autores — contrariando a tradicional visão de que a economia da Capitania, no período, estava essencialmente assentada na mineração, importando os seus mantimentos de outras áreas¹¹ — a agricultura, na verdade, teria sido a “solução encontrada para a implantação e crescimento da empresa e sociedade mineradoras”.¹²

Partindo desse pressuposto, Guimarães e Reis procuram estabelecer uma tipologia de unidades agropastoris voltadas para o abastecimento interno:

1. unidade agropastoril explorada através de relações de produção de tipo camponês;
2. unidade agropastoril explorada através de relações de produção de tipo escravista;
3. unidade de produção diversificada, agropastoril e mineral, explorada por mão-de-obra escrava.¹³

Por essa tipologia, percebe-se que durante a mineração coexistiam, pelo menos, três gêneros de empresa quanto ao destino dado a seu produto final:

- a) unidades cuja produção de alimentos estava voltada para o seu consumo interno;
- b) as unidades de produção diversificadas — a sua produção de mantimentos se encontrava primeiramente vinculada à mineração;
- c) empresas voltadas para o abastecimento do mercado.

E, nesse último caso, teríamos um mercado interno sendo suprido por camponeses e escravos. Fenômenos que nos aponta para o fato de que o mercado interno colonial era abastecido por diversas formas de produção não-capitalistas, e isso desde o século XVIII.

O definhamento das atividades mineradoras, por sua vez, na segunda metade do século XVIII, ao contrário do que pensava Celso Furtado,

*mercado interno
abastecido
por produtores
não-capitalistas*

não ocasionou “uma rápida e geral decadência” para a economia da Capitania.¹⁴ E muito menos tal Capitania “involuiu” para uma economia de subsistência à margem da atividade mercantil. Na realidade, o que se observa, nos últimos 50 anos do século XVIII, é uma mudança nos rumos da economia de Minas Gerais. Mudança que pode ser vista pelo próprio comportamento demográfico, entre 1776 e 1821, da Capitania. Em primeiro lugar, temos que, nos 45 anos abordados, a população de Minas Gerais cresce em 60,8% (de 319.769 para 514.104 habitantes), fato que coloca em dúvida a idéia de uma “rápida e geral decadência”. Em segundo lugar, temos o crescimento demográfico da Comarca do Rio das Mortes, área baseada principalmente em uma agropecuária dirigida para o mercado interno. No período considerado, essa comarca passa de uma população de 82.781 para 213.617 pessoas. Esses números representam um crescimento demográfico da ordem de 158,0% e, mais do que isso, significam que a comarca deixara de concentrar 25,9% da população de Minas, como o fazia em 1776, para deter 41,6% do total dos habitantes da Capitania.¹⁵

Em outras palavras, esse comportamento demográfico demonstra que a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos de 1700, numa agricultura e numa pecuária voltadas para o mercado interno. Na verdade, o que observamos é, ao lado do definhamento da atividade mineradora, o crescimento de uma agricultura e de uma pecuária mercantis não-exportadoras já existentes desde o início do século XVIII; é isto que explica o fato de Minas aparecer, em 1819, como a maior capitania escravista do País.

Por outro lado, o desempenho dessa economia é um exemplo de que os setores mercantis de abastecimento não consistem necessariamente em um simples apêndice das atividades exportadoras, podendo ter uma certa autonomia. A decadência da mineração, em Minas Gerais, não representou o retraimento dos seus complexos agropecuários mercantis de abastecimento. Esses crescem e adquirem uma dimensão cada vez mais inter-regional, passando a alimentar mercados como o formado pela Cidade do Rio de Janeiro e a agricultura fluminense (particular-

mente a sua agroexportação).¹⁶ Poder-se-ia argumentar que para tais complexos mercantis o que se verifica é, na verdade, uma simples mudança regional de seu mercado consumidor — que teria deixado de ser a mineração para se tornar a agroexportação fluminense. Continuará, contudo, sendo formado pelas atividades exportadoras. A ser isto verdadeiro, não é menos verdadeiro que tais complexos tinham sedimentado uma estrutura econômica mercantil que lhes permitiu sobreviver a uma atividade mineira exportadora que, pela sua natureza, era necessariamente conjuntural, ou seja, os primeiros foram mais perenes que a segunda.

A estabilidade e permanência daqueles complexos agropecuários podem ser comprovadas através da composição das exportações mineiras, em diferentes épocas da primeira metade do século XIX. De acordo com Eschewege, 56,4% do valor dessas exportações, em 1818, seguramente eram compostos por produtos ligados ao abastecimento interno.¹⁷ Além disso, o destino de tais exportações prova que o seu principal mercado era o Rio de Janeiro. Dos 43 produtos listados por Eschewege, apenas seis não se dirigiam ao Rio. Em 30 produtos, as importações do Rio superavam a casa dos 70% das vendas mineiras.¹⁸

Quase um quarto de século depois, podemos ter uma idéia da composição das exportações de Minas Gerais (informações de 24 registros de estradas), através de seus *relatórios de presidente de província*. Por estes se vê que, em 1842-1843, 61,6% do valor das vendas mineiras eram constituídos por bovinos, porcos e derivados de ambos. Os panos de algodão equivaliam a 7,6%. Quanto aos produtos que provavelmente eram dirigidos para o mercado internacional, correspondiam a 29,8% do valor das exportações; referimo-nos ao café (18,8%) e ao fumo/tabaco (11,0%). Nessas listagens não constam os metais e pedras preciosas. Pela composição dessas exportações, percebe-se que Minas Gerais aparece no mercado do Sudeste, sobretudo, através de gêneros ligados ao consumo popular e escravo (só os porcos, toucinho e carne salgada somavam 27,7% do total do valor vendido).¹⁹ Apesar de serem insignificantes as vendas de alimentos vegetais (o milho, o feijão, e as farinhas de mandioca e milho, juntos, não ultrapassam 0,4% das vendas), os

inquéritos econômicos feitos pela Província, em 1846 e 1854,²⁰ demonstram o peso desta agricultura de alimentos no interior da economia mineira. No último inquérito são recenseadas as atividades de 36 municípios (cujo número de habitantes corresponde a mais de 76% da população total mineira) e se verifica que, majoritariamente, a agricultura e a pecuária aparecem como os principais “ramos da indústria” local. Em 20 municípios fora possível arrolar o número de fazendas. Das 9.402 levantadas, 22,5% eram de pecuária, 20,7% simultaneamente de criação e agricultura, e 46,8% apenas de lavoura, sendo que por lavoura entendia-se especialmente a produção de milho, feijão, arroz e mandioca.²¹ O mesmo perfil é também encontrado no inquérito de 1846.

Algo parecido pode ser dito para a produção de cana-de-açúcar e seus derivados. Apesar de tal cultura, à semelhança dos alimentos vegetais, aparecer de forma inexpressiva na pauta de exportação de 1842-1843 (0,11% das vendas), pelo inquérito de 1854 nota-se a larga presença de engenhos de aguardente e açúcar espalhados por Minas Gerais. Em 33 municípios recenseados, existiam 3.296 engenhos, dos quais 2.401 (72,8%) estavam voltados para a fabricação de aguardente, e os restantes 28,2% para a de açúcar e rapadura.²²

Por outro lado, por meio dos mesmos inquéritos, observa-se a pequena expressão da exploração mineradora. Em 1854, apenas seis municípios (16,6%) declaravam que entre as suas atividades mais importantes encontrava-se a mineração; mesmo aí, a pecuária e a agricultura tinham um papel de destaque. Em 20 municípios, o número de engenhos de beneficiamento aurífero era de 88, e o de fábricas de ferro, 59.²³

Através desses números, percebe-se que, por trás das exportações de gado (e seus derivados) e secundariamente de café e fumo, há uma expressiva divisão social do trabalho e um forte comércio provincial. Tal suposição é referendada quando consideramos que, em 1854, existiam, em 26 municípios, 2.766 estabelecimentos comerciais, o que significa um estabelecimento para cada 234 habitantes (inclusive escravos) dessas localidades. Alguns municípios consistiam em centros comerciais provinciais e/ou intraprovinciais, como, por exemplo, Ouro Preto, São João del-Rei e Diamantina. Outros, como Januária, Bonfim e Oliveira, decla-

ravam que produziam e exportavam alimentos, açúcar e aguardente para o comércio intraprovincial, ainda alimentado pela produção de panos de algodão (como vimos, esse também era um dos itens de exportação de Minas Gerais). Aliás, uma das queixas freqüentes dos municípios era a falta de bons caminhos por onde pudessem escoar as suas mercadorias.²⁴ Por sua vez, a persistência de complexos agropecuários voltados para o mercado interno pode ser ainda percebida no inquérito de 1878,²⁵ onde 70,7% dos municípios recenseados (70,9% da população mineira da época) informam sobre as suas exportações, majoritariamente para o abastecimento interno.

Podemos ter uma melhor imagem dos complexos agropecuários presentes no interior mineiro através de alguns de seus traços. Partindo da classificação elaborada por Roberto Borges Martins,²⁶ Minas Gerais poderia ser dividida em nove macrorregiões.²⁷ A primeira seria a Metalúrgica-Mantiqueira, constituindo-se no núcleo original da mineração do século XVIII; após o definhamento dessa atividade, a região continuaria a ser a mais urbanizada e populosa ao longo do século XIX. E isso se deve não apenas ao fato de sediar a capital provincial (Ouro Preto), mas também por localizar importantes centros comerciais, como São João del-Rei, Barbacena e a própria Ouro Preto. Esta última cidade, por exemplo, na primeira metade do século, aparecia como importante centro de vendas de bestas, vindas de São Paulo, além de negociar "gêneros do País" e outros, vindos de fora. Já São João del-Rei aparecia, no início do século XIX, não apenas como área produtora de alimentos, mas também como centro comercial regional, realizando feiras semanais e de ligação com o Rio de Janeiro, para onde partiam quatro tropas regulares por ano.²⁸ Temos ainda que São João del-Rei, como Barbacena, Queluz e São José del-Rei, ao lado de outras atividades, se dedicavam à fabricação de panos grossos para o consumo de escravos. Itabira e Sabará, juntamente com a agricultura e a pecuária, ocupavam-se com a produção mineira e com a fabricação de ferro.

A Região Sul, no século XVIII, foi ocupada inicialmente tendo em conta o abastecimento do mercado minerador; com o definhamento deste, passaria a se inserir, mais decisivamente, na rede mercantil do Rio

de Janeiro. A ligação com este último mercado é patenteada nos inquéritos de 1846 e 1854. Nesses relatórios, para os municípios da Região Sul, são comuns passagens como a referente a Lavras:

Dedicam-se os habitantes ao comércio dos gêneros importados pelo Rio de Janeiro.²⁹

Ao lado da exportação de bovinos e porcos, esses municípios também remetiam, para o mercado carioca, fumo (a exemplo de Cristina e Baependi) e tecidos grossos para escravos (como Airuoca). A isto junta-se que, em todos os seus municípios, existia uma agricultura de cereais, podendo os seus excedentes ser vendidos no comércio regional, como é o caso de Cristina.

O Oeste Mineiro, no século XVIII, experimentou pequenos surtos de mineração aurífera. Segundo o inquérito de 1854, municípios como Pitangui ainda apresentavam alguma produção de ouro e diamantes. Contudo, conforme tal inquérito, a principal atividade da região encontrava-se dirigida para o fornecimento de alimentos ao Rio de Janeiro, particularmente produtos derivados da pecuária. Assim sendo, temos municípios como Oliveira, que, entre 1852-1854, exportara mais de 800 mil arrobas de toucinho, seis mil cabeças de bovinos e mil de cavalos (além de 20 mil arrobas de fumo e quatro mil pipas de aguardente). Já Formiga exportava de quatro a cinco mil reses, por ano, para a Corte, e Pimubi, mais de quatro mil suínos, também por ano. Nota-se, ainda por aquele inquérito, que, apesar das grandes exportações de produtos de pecuária, o número de fazendas agropastoris é superior ao daquelas especializadas apenas na pecuária.

As regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Parnaíba consistem em áreas agropecuárias, também ligadas ao suprimento do mercado do Sudeste. Aliás, acredita-se que tais áreas, juntamente com o Sul e o Oeste, *grosso modo*, teriam uma estrutura econômica em comum. Em outras palavras, nelas teríamos uma economia mercantil voltada ao abastecimento interno e assentada no trabalho escravo, que, na década de 1830, variava de 27,4% a 36,7% da população total das referidas regiões.³⁰

No caso do Triângulo Mineiro e do Alto Parnaíba, tal integração ao comércio interno do Sudeste se daria, particularmente, via criação de gado. Esse é o caso de Araxá, cujas principais exportações eram toucinho e bovinos; além da venda de tecidos para diversos pontos da Província.

Uma região que terá um histórico diferente das demais será a Zona da Mata, área de fronteira aberta ao longo do século XVIII. Em finais da primeira metade do século seguinte, experimentaria o crescimento da cafeicultura, a exemplo de Mar de Espanha, que, por essa época, já presenciava o avanço das fazendas de café.

Por último, temos as vastas áreas formadas pelas regiões do São Francisco-Montes Claros, Jequitinhonha-Mucuri-Rio Doce e Paracatu. Não obstante a presença de atividades mineradoras em municípios como Serro, Diamantina, Grão-Mogol e Minas Novas (todos pertencentes à última macrorregião), essas três áreas estavam voltadas para o suprimento, no século XIX, de produtos de pecuária a diferentes mercados. A região de Paracatu ligava-se ao mercado da Corte, e os demais, ao da Bahia.

Como dissemos linhas atrás, segundo estudos recentes,³¹ Minas Gerais presenciaria, desde o início do século passado, a existência, em algumas de suas regiões (particularmente o sul), de uma economia escravista peculiar, já que ela estava integrada a circuitos mercantis internos. Vejamos agora, mais de perto, como se organizava o regime (ou os regimes) de trabalho no interior mineiro — a fonte de vida para as produções mercantis de alimentos.

Podemos nos aproximar de tal tema através do cruzamento dos censos demográficos de 1831-1840³² com os inquéritos de 1846-1854. Partindo daquelas estimativas, observa-se que, no período considerado, os cativos correspondiam a apenas 31,3% da população provincial. Mais do que isso, de uma amostragem de 20 mil domicílios, 66,7% não possuíam escravos.³³ Se cruzamos essas informações com aquelas antes apresentadas, sobre a inserção de Minas no comércio interno, deparamos com uma situação em que, além de existirem largos contingentes demográficos envolvidos em uma agricultura de subsistência, parcela

razoável da produção de alimentos mercantilizada talvez não fosse resultado apenas do trabalho escravo.

A isso podemos acrescentar que 58,6% da população cativa de Minas estava incorporada à agricultura.³⁴ Essa última informação não apenas indica o grau de mercantilização da agricultura mineira — o que lhe permitia adquirir cativos —, mas também reforça a idéia de que parcela das exportações mineiras (cujo principal setor é a pecuária) não era somente produto do trabalho escravo, uma vez que a sua maior parte estava presente na lavoura.

Tais questões talvez possam ficar mais claras ao passarmos para a estrutura de distribuição da propriedade de escravos. Apesar de os senhores de plantéis de seis a dez cativos deterem a maior fração da população cativa (21,6% do total), entre 1831-1840,³⁵ mais de dois terços dos proprietários só possuíam de um a cinco escravos.³⁶ E, caso acrescentemos essas cinco camadas de proprietários (de um a cinco escravos), temos entre elas, de fato, a maior concentração de cativos, cerca de 26% de toda a escravaria mineira.³⁷ Tal fenômeno se repete inclusive naquelas regiões mais ligadas aos mercados carioca e fluminense: sul, oeste, Alto Parnaíba e Triângulo Mineiro. Excluindo, talvez, o Triângulo Mineiro, nas demais regiões, de 60% a 70% dos proprietários são donos de plantéis de até cinco escravos.³⁸

Resta perguntar o que isso significa. Os números não apenas sugerem que o senhor de escravos padrão de Minas Gerais era o pequeno proprietário, mas apontam também para o fato de que a base da economia mercantil mineira voltada para o mercado interno dificilmente poderia ser classificada apenas como escravista. Em unidades econômicas com menos de cinco escravos, mesmo considerando que todos estariam em atividades produtivas, não seria de estranhar que, ao lado do trabalho cativo, surgisse o trabalho familiar dos detentores da unidade. E, avançando um pouco mais, mesmo reconhecendo *que não temos base empírica para isso*, aquele padrão nos insinua que estamos diante de uma situação próxima à de unidades camponesas que complementam o trabalho familiar com o de outras categorias sociais, no caso o escravo.

Segundo Ciro Cardoso,³⁹ do ponto de vista econômico a estrutura camponesa pode ser caracterizada por quatro traços básicos:

1º) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;

2º) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar);

3º) economia fundamental de subsistência, sem excluir por isso a vinculação eventual ou permanente com o mercado;

4º) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar, e de que maneira, como dispor do excedente etc.⁴⁰

Partindo de alguns desses traços, estudos recentes tendem a demonstrar a existência de uma economia camponesa no Sudeste brasileiro do século passado.⁴¹ Hebe Maria de Castro,⁴² trabalhando com os traços básicos que definem uma unidade como camponesa (principalmente estabilidade no acesso à terra e domínio do trabalho familiar), demonstra que, no caso brasileiro, a possibilidade do trabalho escravo, somada à existência de uma fronteira aberta, teria criado uma situação de estabilidade para o pequeno produtor, não-proprietário de terras. Na verdade, como argumenta a autora, a existência de um mercado de situações (compra e venda de benfeitorias desvinculadas das terras em que se encontram), a possibilidade de lavradores sem terras serem mais ricos que aqueles que as detêm legalmente e a ausência, em diversos casos, de uma renda fundiária paga por posseiros aos proprietários de terras são fenômenos que tendem a redefinir o caráter socioeconômico da propriedade legal da terra no "Brasil escravista".⁴³ A abundância de terras, ou seja, a presença de uma fronteira aberta e a possibilidade da mobilidade espacial permitiam um acesso estável do pequeno produtor e sua família à terra, o que lhe garantia uma reprodução no tempo, enquanto tal, imprimindo-lhe, assim, um dos traços presentes na unidade camponesa. Em Minas Gerais, havia tal disponibilidade de terras, fenômeno que se tradu-

ziria no fato de que, em 1831-1840, apenas 7,8% da força de trabalho masculina livre era de assalariados — o restante estava associado a seus meios de produção.⁴⁴

Ao lado do traço apontado, o predomínio do trabalho familiar aparece como fundamental, na caracterização de uma produção camponesa. Para Teodor Shanin,⁴⁵ trabalhando com a noção de camponês,

o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida.⁴⁶

Segundo ainda esse autor,

quando (e se) fosse utilizada uma navalha de Occan, seria melhor aceitar o manejo do estabelecimento familiar como a definição mais estrita de camponês. Deve-se, aqui, frisar que quando se fala em estabelecimento rural familiar, está-se sublinhando não o parentesco, ou melhor, a unidade reside não no parentesco, mas na produção,⁴⁷

isto é, no trabalho familiar. Quanto à possibilidade da combinação desse tipo de trabalho com outro, Daniel Torner⁴⁸ nos esclarece que uma unidade camponesa pode incluir um ou mais trabalhadores de fora do núcleo familiar (escravos, servos domésticos, jornaleiros etc.) sem que isso faça com que a unidade deixe de ser camponesa.⁴⁹ Isso, é claro, desde que a contribuição dos de “fora” seja inferior à dos membros da família na produção. Nesse caso, portanto, a presença do trabalho escravo na pequena produção de Minas não seria um elemento suficiente para caracterizá-la como escravista, sendo necessário compará-la com o peso do trabalho familiar. Embora não contemos com informações sobre isso, é sugestivo o fato de que, para 1831-1840, a mão-de-obra escrava nas regiões do sul, oeste e Alto Parnaíba contribuam com 35,01% a 39,24% da força de trabalho, cabendo o restante (mais de 60%) à população livre.⁵⁰ A isso se acrescenta ainda que, na época considerada, como vimos, apenas 7,8% da força de trabalho livre era assalariada,⁵¹ ou seja,

a maior parcela dessa força de trabalho livre estava associada a seus meios de produção, e em alguns casos recorrendo a escravos, com plantéis que majoritariamente iam de um a cinco cativos; cerca de 39% dos proprietários de Minas detinham plantéis com menos de três escravos (cerca de 9% de população cativa).⁵²

Esse padrão da propriedade escrava, confrontado com os traços que definem uma unidade enquanto camponesa, nos leva a crer, como já dissemos, que em Minas Gerais parte de sua produção enviada ao mercado interno era resultado de unidades camponesas; fenômeno que, aliás, como vimos, já poderia ser encontrado no século XVIII. Em outras palavras, por uma forma de produção cuja lógica de funcionamento não se resumia apenas à possibilidade de extorsão de sobretrabalho de outro, no caso, o cativo, mas também ao próprio grau de auto-exploração⁵³ do dono do escravo. Esse fenômeno, evidentemente, distinguia esse senhor de escravos de Minas, em seu cálculo econômico, daquele que tinha atrás de si dezenas de cativos. No caso do primeiro, pelo menos em tese, o fato de sua unidade de produção estar baseada no grau de sua auto-exploração, e não apenas na exploração do outro, redefinía as possibilidades de produção. Ela seria ditada pela manutenção e melhoria do padrão do senhor de escravos. O aumento da produção, nesse caso, seria mediado pelo grau de penosidade do trabalho do próprio dono de cativo.

Assim sendo, através do exemplo de Minas Gerais encontramos um outro tipo de produção que compõe o mosaico de formas de produção não-capitalistas, base de mercado interno colonial. Isso não quer dizer, entretanto, que a combinação do trabalho escravo e familiar seja algo peculiar apenas a Minas Gerais, pois existe em outras áreas do Sudeste (como já vimos para o Rio de Janeiro e veremos para São Paulo), e nem que em Minas só encontremos tais tipos de relações na produção; para tanto, basta recordar os domicílios sem escravos.

9. SÃO PAULO: FAZENDAS DE CRIAÇÃO E AGRICULTURA DE ALIMENTOS

Outro exemplo de estabilidade de segmentos mercantis ligados ao mercado interno, na virada do século XVIII para o XIX, pode ser encontrado em São Paulo. Ao contrário do que se pensava até pouco tempo, o definhamento da mineração em Minas Gerais, a partir de 1760, não teria arrastado consigo a economia paulista que a abastecia.⁵⁴ Antes, o que se teria verificado seria a manutenção de um certo ritmo de crescimento econômico, que pode ser ilustrado pelo desempenho da população paulista, que, entre 1765 e 1808, crescerá em 150%.⁵⁵

Esse crescimento estaria ligado, por um lado, à introdução e aumento da agroexportação no território paulista (ver Tabela 9-1), gerando uma maior demanda por alimentos, e, por outro lado, à manutenção de um comércio intercolonial, em especial o Rio de Janeiro.⁵⁶

Tabela 9-1 — Exportações de açúcar pelo Porto de Santos

Ano	Arrobas	Índice: 1797 = 100
1797	114.500	100
1807	183.660	160
1818	294.267	257
1824	450.000	393
1826 *	600.000	524
1830	443.619	387

Fonte: Elizabeth A. Kuznesof, *Household economy and urban development. São Paulo (1765-1836)*. Westview Press, 1986.

Segundo Elizabeth Kuznesof,⁵⁷ a agroexportação, combinada com o crescimento urbano, por exemplo, aceleraria a transição de uma produção de subsistência para uma agricultura fornecedora de alimentos para o mercado interno paulista.⁵⁸ Essa autora, trabalhando com a vila de São Paulo, demonstra que se em 1765 a quase totalidade dos seus domicílios rurais estava principalmente vinculada à produção de subsistên-

cia, em 1802 essa cifra cairia para 38,8% e, em contrapartida, o número de domicílios voltados para o mercado passaria para o mínimo de 29,8%.⁵⁹ Esse movimento seria acompanhado por uma maior especialização das culturas em tais domicílios, fenômeno que reforça as ligações dessas unidades com a circulação mercantil.⁶⁰

Afora isso, agrega-se a presença de fluxos de comércio interno entre São Paulo e as regiões do Sudeste. Assim, temos que, apesar de 90% do valor das vendas paulistas (1813-1821), pelo Porto de Santos, ser constituído pelo açúcar,⁶¹ em 1812, ao redor de 24% das consignações de produtos paulistas em navios que atracaram no porto carioca eram de alimentos como farinha e feijão, dentre outros.⁶² Ao lado dessa agricultura mercantil de alimentos, deve ser acrescentado ainda o intenso comércio de mulas e bovinos entre a Capitania e a praça carioca. Entre 1780 e 1800, pelo registro de Sorocaba passariam, por ano, em torno de 10 mil mulas; para o período de 1800 a 1826, esse número foi de mais de 30 mil mulas;⁶³ em tal crescimento, a demanda da agroexportação fluminense teve um peso decisivo.⁶⁴

Mesmo tendo-se em conta o peso da agroexportação escravista, seja ela paulista ou fluminense, e de seus efeitos multiplicadores no desempenho da economia apreendida, na passagem do século XVIII para o XIX, não se deve ter uma impressão equivocada sobre a paisagem econômica paulista da época. Em outras palavras, não se pode perder de vista o peso de outras atividades agrárias e de outras formas de produção, tenham ou não sido geradas/ampliadas a partir da ação daquela agricultura exportadora.

Desse modo, temos que, entre 1798 e 1828, menos de 2,5% dos chefes de domicílios paulistas eram senhores de engenho ou de engenhocas (ver Tabela 9-2). Em contrapartida, no mesmo período os lavradores e lavradores-criadores somavam mais de 60% do total dos chefes de domicílio de São Paulo. Isso significa dizer que uma parcela relativamente pequena da população paulista estava diretamente envolvida com produções voltadas para o mercado internacional. E isso, mesmo se considerarmos que uma fração dos lavradores, categoria que, sozinha, reunia mais de 50% dos domicílios, se baseava na produção de cana-de-açúcar.

Tabela 9-2 — Classificação profissional dos chefes de fogos. São Paulo (1798, 1808, 1818 e 1828)

Atividades econômicas	1798		1808		1818		1828	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Senhor de engenho	405	1,7	431	1,6	561	1,7	577	1,4
Senhor de engenhoca	153	0,7	160	0,5	184	0,55	234	0,6
Pecuarista	89	0,4	100	0,36	214	0,6	126	0,3
Pecuarista-lavrador	1.700	7,5	1.534	5,6	2.559	7,7	2.156	5,2
Lavrador	12.466	54,8	15.543	56,2	18.214	54,8	21.992	53,4
Jornal de lavoura	288	1,3	56	0,2	—	—	—	—
Total do setor primário	15.685	68,9	18.280	66,2	22.148	66,7	25.573	62,2
Setor secundário	2.210	9,7	2.913	10,5	3.537	10,7	4.137	
Setor terciário	2.870	12,6	2.384	8,6	3.198	9,6	5.565	
Outros	1.744	7,7	3.624	13,1	3.992	12,0	5.424	
Indeterminados	242	0,1	432	1,6	321	1,0	440	
Total do ano	22.751	99,9	27.633	100,0	33.196	100,0	41.139	

Fonte: Maria Luiza Marcílio, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo, 1974. (Tese de livre-docência, FFLCH — USP). Mimeo.

Francisco Vidal Luna e Iraci da Costa,⁶⁵ trabalhando com 2.080 proprietários de cativos ligados a atividades agrárias (exportadoras e não-exportadoras) de dez vilas paulistas, em 1804, constatam que 81,0% desses proprietários eram lavradores não ligados à produção de cana-de-açúcar, sendo que tal conclusão seria válida também para as vilas marcadamente açucareiras, como Itu, onde essa percentagem chegava a 59% dos senhores de cativos.⁶⁶

Reforçando tal quadro, temos que, segundo Maria Luiza Marcílio,⁶⁷ os lavradores, presentes nas listas nominativas da Capitania entre 1798 e 1828, se distribuíam, na sua maioria, em atividades voltadas para a subsistência (agricultura de autoconsumo) e no fornecimento de alimentos para o mercado interno. Esses últimos abasteciam a própria capitania e, conforme os mapas de exportação de 1800, áreas como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Salvador.⁶⁸

A essa agricultura mercantil de alimentos juntam-se, como já vimos, as fazendas de criar. Esses fazendeiros, reunidos aos lavradores-criado-

res, no período abordado (ver Tabela 9-2), correspondiam a mais de 5,0% dos chefes de domicílios arrolados para o conjunto da Capitania. A pecuária paulista se concentrava, principalmente, nas vilas da estrada do Sul (Rota do Vimão), incluindo parte do atual Estado do Paraná.⁶⁹ Na primeira metade do século XVIII, essas fazendas de gado multiplicaram-se em função do mercado da mineração (é dessa época a criação da feira do gado de Sorocaba). Posteriormente, o seu crescimento foi sustentado pela demanda interna da Capitania, associada às vendas para fora do território paulista, particularmente para os mercados carioca e fluminense. Em finais do século XVIII, a "Zona Sul" detinha cerca de 20% da população paulista.⁷⁰

Na virada do século XVIII para o XIX, portanto, não prevalecia em São Paulo a agroexportação escravista. A economia paulista se assentava, principalmente, na produção de subsistência e naquela voltada para o mercado interno colonial.

Na apreensão do regime de trabalho das produções dirigidas para o abastecimento colonial, o primeiro fenômeno que se deve sublinhar refere-se à distribuição da mão-de-obra cativa. Se partirmos das listas nominativas de 1798, 1808, 1818 e 1828, arroladas por Maria Luiza Marcílio,⁷¹ verificaremos que cerca de 75% dos domicílios paulistas não possuíam escravos (ver Tabela 9-3). E se a isso agregarmos que menos de 2,3% dos chefes de domicílios se declaravam como jornaleiros (ver Tabela 9-2), começaremos a nos aproximar de um quadro econômico não-capitalista, mas também não inteiramente escravista. Um quadro que, na verdade, insinua o predomínio de uma produção de base familiar. Em outras palavras, mesmo levando-se em conta que esses 75% dos domicílios mantinham diferentes graus de vinculação com o mercado e que muitos deles (talvez a maioria) ainda se inscreviam em uma agricultura de subsistência, estamos diante de uma situação onde, provavelmente, parte da produção que abastecia o mercado interno provinha do trabalho livre familiar.

criada
domicílios
de
suas
mãe
toda
pleco
norma
indiv
za
obas
xerme
ma
de
dia
familiar

Tabela 9-3 — Distribuição de escravos por domicílios. Capitania de São Paulo (1798, 1808, 1818 e 1828)

Domicílios	1798		1808		1818		1828	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sem escravos	17.160	75,4	21.024	76,1	25.600	77,1	30.760	74,8
Com até 39 escravos	5.544	24,4	6.528	23,6	7.496	22,6	10.152	24,2
Com mais de 40 escravos	47	0,2	81	0,3	100	0,3	227	0,5
Total de domicílios com escravos	5.591	24,6	6.609	23,9	7.596	22,9	10.379	25,2
Total geral	22.751	100,0	22.633	100,0	33.196	100,0	41.139	100,0

Fonte: Ver Tabela 9-2.

O quadro exposto fica mais claro quando passamos para a distribuição de escravos entre os domicílios agrícolas não-exportadores. Em 1804, essa categoria de senhores correspondia, dependendo da vila, de 39,7% a 82,1% do total dos proprietários de cativos arrolados,⁷² detendo em suas mãos de 25,1% a 90,7%⁷³ dos escravos. Esses números, antes de mais nada, indicam a vinculação ao mercado de tais domicílios não-exportadores, já que possuíam uma mercadoria chamada escravo. E, tendo em conta tal fato, tais números servem como claros indícios da capacidade acumuladora dos segmentos ligados ao abastecimento. Por outro lado, 72% dessa categoria de agricultores (592 proprietários) tinham entre um a cinco escravos — 35% da população cativa dessa categoria senhorial (ver Tabela 9-4). Ressalte-se que tal realidade não se limita a uma categoria socioeconômica apenas, é um fenômeno da Capitania, como se vê na Tabela 9-5. Os números demonstram a presença do trabalho familiar, ao lado do cativo, na produção agrícola. A isso podemos ainda acrescentar que 41,2% dos lavradores/senhores só possuíam de um a dois cativos (o que correspondia a 11,63% do total). Essa informação adquire maior relevância quando lembramos que, entre 1798 e 1828, o número de pessoas, por domicílio paulista, oscilava entre 5,9 a 7,2.⁷⁴ Ou seja, no domicílio agrícola não-exportador, com escravos, temos, majoritariamente, duas pessoas livres para um escravo.

Tabela 9-4 — Distribuição (%) dos proprietários de escravos e de escravos por faixa de tamanho de plantéis, na agricultura não-açucareira das vilas de Campinas, Guaratinguetá, Itu e São Sebastião (1804)

Número de escravos	Proprietários de escravos (%)	Escravos (%)
1	23,81	4,73
2	17,40	6,90
3	13,01	7,74
4	8,95	7,10
5	8,62	8,55
1 — 5	71,79	35,02
+ de 5 escravos	28,21	64,98
	100,0	100,0

Fonte: Francisco Vidal Luna & Iraci del Nero da Costa, "Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX". In: *Estudos econômicos*, 13(1) pp. 211-221, São Paulo, 1983.

Tabela 9-5 — Distribuição (%) de escravos por fogos na Capitania de São Paulo em 1798

Número de escravos	Fogos (%)
Sem escravos	72,75
1	6,23
2	4,25
3	2,94
4	2,31
1 a 4	15,73
5 a 9	6,42
10 a 19	3,54
20 a 39	1,21
40 a 59	0,19
60 a 79	0,12
80 a 99	0,01
+ 100	0,03
	100,0

Fonte: Elizabeth Dorwiche Rabello, *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVII* (Tese de doutorado). USP, 1973, p. 62.

Estamos, assim, em frente de uma unidade onde prevalece o trabalho familiar: aqui, o trabalho do cativo o complementa. Desse modo, estaríamos diante de uma realidade que sugere a presença de unidades camponesas. Referendando a possibilidade de existência de tal campesinato, acrescenta-se a existência de uma fronteira aberta, verificada pelo pequeno número de jornaleiros, no período abordado (ver Tabela 9-2).

Por conseguinte, a exemplo do verificado para Minas Gerais, em São Paulo encontramos unidades camponesas, com o recurso ou não do trabalho escravo e com diferentes graus de mercantilização, ligadas ao abastecimento do mercado interno. A tais unidades devemos acrescentar outras, que, portadoras da hegemonia do trabalho cativo, reforçam a presença do escravismo fora da *plantation*. Esse é o caso das fazendas de criar do Paraná, que possuíam, em média, 14 cativos.⁷⁵ De uma forma ou de outra, portanto, o exemplo paulista reforça a hipótese de um mercado interno colonial.

10. A REGIÃO SUL: AS ESTÂNCIAS-PEONAGEM, A CHARQUEADA ESCRAVISTA E A PRODUÇÃO CAMPONESA DE ALIMENTOS

Passando para o Rio Grande do Sul, sabe-se que, no século XVIII, essa região aparecia como grande abastecedora de gado para as áreas de mineração. Seria particularmente através desse gado, ou seja, mediante uma demanda do mercado interno, que o Sul se integraria ao circuito econômico da Colônia, no século XVIII.⁷⁶ Simultaneamente, a estrutura fundiária do Rio Grande ia se constituindo, e, por volta de 1730, tropeiros e militares receberiam terras da Coroa, iniciando, efetivamente, a caracterização da propriedade da terra e do gado, a partir do surgimento das estâncias. Deve-se lembrar, aqui, que o caráter extra-econômico da concentração de terras (na forma de estâncias) no Sul é reforçado pelo fato de que aquelas doações do Estado respondiam também a interesses político-militares, devido à proximidade com a região platina (domínio espanhol).⁷⁷

constituiu-
 são da
 estância
 via opo-
 do.

A estância se constituía na posse de gado e de largas extensões de terras. O traço não-capitalista dessa unidade é percebido por suas relações de produção, que, apesar de se fundamentarem no trabalho livre (peão/gaúcho), não eram assalariadas, em sentido estrito. O peão, indivíduo desprovido da propriedade da terra, podia receber pagamentos monetários; a sua remuneração básica, entretanto, se traduzia em casa, comida e no direito ao uso de um lote de terra, caso possuísse família.⁷⁸ A isso se acrescenta que os proprietários das estâncias procuravam manter a auto-suficiência de seus estabelecimentos, desenvolvendo internamente produções de subsistência.⁷⁹ Por outro lado, a estância se reproduzia de maneira extensiva, incorporando mais gado e terras, com baixos recursos técnicos.⁸⁰ Essa forma de reprodução, associada ao caráter não-capitalista das relações de produção, assegurava à estância reduzidos custos monetários de produção.

Em finais do século XVIII, à pecuária gaúcha se juntaria a produção industrial do charque, alimento fundamental na dieta dos escravos. O desenvolvimento dessa indústria, no Sul, parece estar ligado às secas ocorridas no Ceará (província nordestina), um dos principais produtores daquela mercadoria. No decorrer do século XIX, o Rio Grande do Sul apareceria como um dos maiores abastecedores de charque para o mercado nacional, em particular o do Sudeste.⁸¹ Assim, entre 1813 e 1822 esse produto correspondia, em média de valor, a mais de 55% das exportações gaúchas. Entre 1806 e 1820, as exportações de carne salgada para o Porto do Rio de Janeiro variaram entre 15% e 36% do total exportado pelos três principais portos do Rio Grande.⁸²

O crescimento da charqueada implicava a ampliação da população escrava, mão-de-obra fundamental para tal indústria. Desse modo, em 1819 cerca de 30% da população da Capitania era constituída por cativos.⁸³ Por outro lado, a consolidação do binômio estância/charqueada levaria à hegemonia de uma classe de estancieiros-charqueadores. Ressalte-se que, ainda na virada do século XVIII para o seguinte, nessa região, mais especificamente entre o oceano e a Lagoa dos Patos, vemos emergir a produção de trigo. Combinava-se, aqui, a mão-

de-obra familiar de açorianos e seus descendentes com o emprego de escravos.⁸⁴

À semelhança do que ocorria no Rio Grande, em Santa Catarina também vamos encontrar uma agricultura de alimentos (principalmente voltada para a farinha de mandioca) assentada no trabalho familiar com recurso ou não do trabalho escravo.⁸⁵ O caráter camponês dessas agriculturas, tanto do Rio Grande como de Santa Catarina, é atestado pelos problemas gerados no desempenho agrícola, quando da época dos alistamentos militares, fenômeno freqüente em se tratando do Sul, de uma área de fronteira e de constantes conflitos militares. Fundado no trabalho familiar, o recrutamento implicava desvio de mão-de-obra da produção agrícola.⁸⁶ O que acabamos de dizer pode ser ilustrado por uma passagem retirada de uma fonte de época, em princípios do século XIX, para o Rio Grande do Sul:

Parece acertado que no tempo de paz todos os soldados filhos de agricultor se devem licenciar no tempo das plantações e colheitas, não só para ajudar seus pais e parentes, mas para ganharem com que se possam melhor tratar (...) por força deve adiantar muito a agricultura na Capitania.⁸⁷

No Rio Grande do Sul, a associação de três formas de produção não-capitalista — trabalho escravo, peonagem e campesinato — se traduzia, entre 1813 e 1822, em exportações (carne e trigo), das quais cerca de 70%⁸⁸ eram destinadas ao mercado interno. Em Santa Catarina, o seu principal produto de exportação, a farinha de mandioca,⁸⁹ era resultado do trabalho familiar com ou sem recurso de escravo (cerca de 20,8% da população da região).⁹⁰ Ora, se a esses casos somarmos os do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, veremos que, ao redor da praça do Rio de Janeiro, havia um mosaico de núcleos de produção para seu abastecimento, núcleos esses que combinavam a força de trabalho escrava com diversos outros regimes de produção. Desse modo, se admitirmos que o Rio de Janeiro conformava uma área de ponta, voltada para o mercado externo, seu abastecimento implicava a criação de uma

{ ampla rede intracolonial, o que vem negar a idéia de autarquia da plantation.

11. O MOSAICO DE FORMAS NÃO-CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO COMO UMA FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

A presença de um escravismo não alocado na agroexportação e de formas de produção não-capitalistas e simultaneamente não-escravistas traz consigo uma série de novos problemas. De imediato, temos a questão sobre o lugar ocupado por tais segmentos produtivos na economia colonial. Se levamos em conta o processo de formação do complexo agropecuário do sul de Minas Gerais, da fazenda de criação de São Paulo, da estância e charqueada do Rio Grande do Sul, não há como negar que tais processos se identificam com a própria reiteração do escravismo colonial, ligado à exportação. Em outras palavras, o escravismo colonial, em seu movimento de reprodução, teria criado no espaço colonial outras "formas de produção" não-capitalistas: um escravismo ligado ao abastecimento interno, à unidade camponesa (com recurso ou não ao trabalho cativo), uma produção fundada no trabalho livre não-assalariado (estância). Desse modo, esses segmentos, criados e voltados para o abastecimento da agroexportação, seriam elementos subordinados em uma formação econômico-social, cujo eixo seria aquele escravismo ligado ao mercado internacional.

Na realidade, o que acabamos de escrever é um dos pontos essenciais para se entender a economia colonial como uma formação econômico-social. Segundo M. Godelier,⁹¹ a noção de formação econômica e social procura dar conta da

(...) natureza exata da diversidade e da unidade específicas das relações econômicas e sociais, que caracterizam uma sociedade numa determinada época.⁹²

outras formas de trabalho não-capitalista
 ↓
 mov. de reprodução do escravismo colonial
 ↓
 formação econômico-social

Para tanto, além de identificar o número e a natureza dos diversos modos de produção — e de seus elementos de superestrutura social e ideológica —, que constituem a base da sociedade considerada, é necessário

definir a forma e o conteúdo exatos da articulação, da combinação destes diversos modos de produção que se encontram entre si numa relação de hierarquia, na medida em que um dos modos de produção domina os outros e submete-os de algum modo às necessidades e à lógica do seu próprio modo de funcionamento.⁹³

Na economia colonial, esse modo de produção dominante seria o escravismo colonial, tendo como setor hegemônico as produções voltadas para o mercado internacional. Entretanto, uma vez constatada a existência de tal formação econômica e social, com os seus segmentos voltados para o abastecimento interno colonial, algumas questões devem ser mais bem trabalhadas (na economia colonial). Antes de mais nada, a presença de tal formação econômico-social redefine o quadro até então proposto pelos modelos explicativos da economia colonial. E isso na medida em que a própria reprodução do escravismo colonial passa a se mediatizar por elementos não apenas derivados do mercado internacional. A reiteração de tal escravismo passa a ter como pano de fundo um mercado interno colonial, constituído por outras formas sociais de produção não-capitalistas, além da escravista. Este fenômeno modifica o próprio comportamento do escravismo colonial, diante das flutuações do mercado internacional. E isso é resultado da própria natureza das formas de produção que abastecem o mercado interno.

Apesar de não podermos avançar muito em nossas afirmações, ao que parece, as formas de produção, analisadas ao longo deste capítulo, por terem sido “geradas” ou “redefinidas” para o abastecimento do escravismo colonial, teriam as suas articulações internas estruturadas de modo a torná-las produtoras de mercadorias. Assim, temos, por exemplo, a estrutura fundiária gaúcha marcada pela grande concentração de terras e de gado, na forma de estâncias. Essa estrutura, com a sua res-

pectiva hierarquia econômico-social, só conseguiria se reproduzir caso mantivesse um fluxo contínuo de vendas de gado para o mercado. Algo semelhante talvez possa ser dito para a fazenda de criação paulista da Rota Sul ou para as empresas produtoras de porcos e reses do complexo agropecuário do sul de Minas Gerais. Nessa medida, talvez se possa afirmar que tais segmentos tenham a sua lógica de funcionamento definida pelas necessidades de reiteração do escravismo colonial. Fenômeno que, em si, já configuraria a presença de uma formação econômica e social na economia colonial.

Deve-se, contudo, lembrar que, uma vez constituídas, tais estruturas visariam, em primeiro lugar, à sua própria reprodução. E é isso que, em certa medida, explica a sua estabilidade no tempo. O complexo agropecuário do sul de Minas, por exemplo, não definhou com a decadência da mineração, mas, antes, se ampliou, passando a abastecer o mercado urbano e o das *plantations* do Rio de Janeiro. Indo um pouco mais adiante, poder-se-ia mesmo dizer que, para essas formas de produção, o que importa é a presença de um mercado — que não precisa, em tese, ser o do escravismo colonial ligado à exportação. Nesse sentido, é importante sublinhar a existência de um mercado urbano e das trocas entre as diversas regiões voltadas para o abastecimento, a exemplo, como adiante veremos, das vendas de mulas paulistas em Vila Rica (MG) ou das compras gaúchas da farinha de Santa Catarina.

Feitas essas ressalvas, podemos continuar a trabalhar com a noção de uma formação econômica e social sob a hegemonia do escravismo colonial. Tais formas de produção, apesar de ligadas ao mercado, só se realizando plenamente quando parte de sua produção se convertia em mercadorias, se assentavam em relações de produção não-capitalistas. Relações cuja reiteração, no caso, não passava integralmente pelo mercado. Nesse sentido, temos, por exemplo, o trabalho familiar dos camponeses ou do peão da estância gaúcha. Tanto numa como noutra, não se pode dizer que a força de trabalho se constituísse em uma mercadoria plena, particularmente para o trabalho camponês. Esse traço estrutural evidentemente reduzia os custos monetários de tais empresas; assim, era possível fornecer mercadorias a baixos preços ao mercado colonial.

A redução de tais custos monetários da mercadoria de abastecimento fica mais patente se nos lembrarmos do baixo nível tecnológico presente na unidade camponesa ou na fazenda de criar. Ou seja, nessas empresas o principal componente, na sua "composição orgânica produtiva", era o trabalho vivo e não o morto, na forma de meios de produção; a força de trabalho incorporava ao produto final mais valor que os meios de produção. Ora, se essa mão-de-obra representa um baixo custo monetário, necessariamente o seu produto final terá um baixo preço.

Assim sendo, na base do mercado interno colonial encontramos empresas não-capitalistas peculiares, que se definem por suas ligações com o mercado — a sua reiteração, contudo, não é inteiramente medida pela circulação. O último traço reforça a idéia de que a lógica de funcionamento dos segmentos voltados para o abastecimento fora articulada de maneira a responder às necessidades de reprodução do escravismo colonial.

Indo um pouco mais adiante, se nos detivermos mais demoradamente na reprodução da formação econômica e social colonial, observaremos que esse movimento implica a existência de dois elementos estruturais para a economia colonial: um mercado interno e acumulações endógenas. Fenômenos que, como veremos, fornecem um novo estatuto à economia colonial.

NOTAS

¹ Inventário *post-mortem* de Ana Joaquina de Alvarenga, 1797. Arquivo Nacional, caixa 7278, nº 9.847.

² Inventário *post-mortem* de Joaquim José Antunes Sodré, 1707. Arquivo Nacional, maço 470, nº 8.974.

³ Inventário *post-mortem* de Anastácio da Silva Duarte, 1820. Arquivo Nacional, maço 464, nº 8.881.

⁴ A referência sobre o uso do trabalho escravo em outras atividades agrícolas fora da agroexportação pode ser encontrada em pelo menos dois dos autores antes citados para os modelos explicativos da economia colonial: Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil*

contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1977, pp. 161-162 (particularmente o caso do sul de Minas em finais do século XVIII); Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1978, pp. 411-422 (uso do escravo na pecuária).

⁵ Brasil, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, p. 30.

⁶ Cf. Roberto Borges Martins, "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora". In: *Estudos econômicos*, 13 (1), São Paulo, Fipe/USP, pp. 41-53, jan./abr. 1983; Douglas C. Libby, *Transformação e trabalho em uma economia escravista — Minas no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

⁷ Cf. Kenneth R. Maxwell, *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; Carlos M. Guimarães & Liana N. Reis, "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)". In: *Revista do Departamento de História* (2), Belo Horizonte, DFMG, junho de 1986, pp. 7-35.

⁸ Sérgio B. de Holanda, "Metais e pedras preciosas". In: Sérgio B. de Holanda (org.), *História geral da civilização brasileira*. 6ª ed., Tomo I, 2ª vol., São Paulo, DIFEL, p. 294.

⁹ Carlos M. Guimarães & Liana N. Reis, op. cit.

¹⁰ *Idem*, p. 21.

¹¹ Wilson Cano, "Economia do ouro em Minas Gerais". In: *Contexto* (3), São Paulo, HUCITEC, 1977, pp. 95-96.

¹² Carlos M. Guimarães & Liana N. Reis, op. cit., p. 24.

¹³ *Idem*, p. 30.

¹⁴ Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, p. 84.

¹⁵ Kenneth Maxwell, op. cit., pp. 110 e 300.

¹⁶ *Idem*, pp. 110-112; Alcir Lenharo, *As tropas da moderação*. São Paulo, Símbolo, 1979, p. 36.

¹⁷ W. C. Von Eschewege, Mapa de exportação. "Notícias e reflexões". Biblioteca Nacional, I — 5, 4, 5. In: Larissa Virginia Brown, *Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1770-1822*. University of Virginia, 1986 (tese de doutoramento), p. 513.

¹⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁹ Minas Gerais, "Mapas dos gêneros exportados por diversas recebedorias da Província de Minas Gerais, no ano financeiro de 1842-1843". In: Relatório do presidente da Província de Minas Gerais (1844). Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.

²⁰ Minas Gerais, "Estado material e moral dos diversos municípios da província". In: Relatório do presidente da província Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos (1854-1855). Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.

²¹ Minas Gerais, op. cit.

²² *Idem, ibidem*.

²³ *Idem, ibidem*.

²⁴ *Idem, ibidem*.

²⁵ Brasil. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. "Tratado de geografia descritivo especial da província de Minas Gerais em que se descreve com particular atenção todos os ramos de sua lavoura, indústria e comércio, por José Joaquim da Silva, Juiz de Fora, 1878".

²⁶ Roberto Borges Martins, op. cit., pp. 200-201.

²⁷ O que se segue tem por base Douglas C. Libby, op. cit., pp. 43 e 45, e os relatórios provinciais de 1846 e 1854. Ver nota nº 20.

²⁸ John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1818)*. São Paulo, EDUSP; Belo Horizonte, Itatiaia, 1975, p. 312.

²⁹ Minas Gerais, op. cit.

³⁰ Douglas C. Libby, op. cit., p. 50.

³¹ Ver notas nºs 6 e 7.

³² Cf. Douglas C. Libby, op. cit., 1ª e 2ª capítulos.

³³ *Idem*, pp. 47 e 97.

³⁴ *Idem*, p. 110. Segundo Roberto B. Martins, nos últimos anos do período colonial apenas 5,5% dos escravos de Minas Gerais estavam ligados à mineração. Roberto Borges Martins, op. cit., p. 183.

³⁵ Douglas C. Libby, op. cit., p. 106.

³⁶ *Idem*, p. 82.

³⁷ *Idem*, p. 103.

³⁸ *Idem*, pp. 99 a 103.

³⁹ Ciro F. S. Cardoso, *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.

⁴⁰ *Idem*, p. 52.

⁴¹ Hebe Maria de Castro, *Campesinato e escravidão*. Rio de Janeiro, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 1988 (mimeo); Stuart B. Schwartz, "Perspectives of brazilian peasantry, a review essay". In *Peasant studies*. University of Pittsburgh, V (4). Out., 1976, pp. 11-19 (particularmente p. 13).

⁴² Hebe Maria de Castro, op. cit.

⁴³ *Idem*, pp. 33-38.

⁴⁴ Douglas C. Libby, op. cit., p. 91.

⁴⁵ Teodor Shanin, "A definição de camponês: conceituações e desconceituações — o velho e o novo em uma discussão marxista". In: *Trabalho e dominação*. Estudos CEBRAP (26). Petrópolis, Vozes, 1980.

⁴⁶ *Idem*, p. 51.

⁴⁷ *Idem*, p. 52.

⁴⁸ Daniel Torner, "Peasant economy as category in economic history". In: Teodor Shanin (ed.), *Peasants and peasant societies*, 2ª ed., Londres, Penguin, 1973.

⁴⁹ *Idem*, p. 205.

⁵⁰ Douglas C. Libby, op. cit., p. 54.

⁵¹ *Idem*, p. 91.

⁵² *Idem*, p. 103.

⁵³ Sobre a noção de auto-exploração e a sua interferência na lógica de economia camponesa, ver A. V. Chayanov, *The theory of peasant economy*, Illinois, Homewood, 1966.

⁵⁴ Sobre o tema, ver Maria L. Marclio, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo, USP, 1974 (tese de livre-docência).

⁵⁵ *Idem*, p. 124.

⁵⁶ *Idem*, p. 14; Peter L. Eisenberg, *Homens esquecidos*. Campinas, Unicamp, 1989, p. 317.

⁵⁷ Elizabeth A. Kuznesof, *Household economy and urban development, São Paulo, 1765-1836*. Westview Press, 1986.

⁵⁸ *Idem*, p. 111.

⁵⁹ *Idem*, p. 112.

⁶⁰ *Idem*, p. 132.

⁶¹ Larissa Virginia Brown, op. cit., p. 312.

⁶² *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1812. Seção de Periódicos, Biblioteca Nacional.

⁶³ Elizabeth A. Kuznesof, op. cit., p. 22.

⁶⁴ Maria T. S. Petrone, *Barão de Iguape*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, p. 11.

⁶⁵ Francisco V. Luna & Iraci del Nero da Costa, "Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX". In: *Estudos econômicos*. São Paulo, Fipe, 13(1): 211-221, jan./abr. 1983.

⁶⁶ *Idem*, p. 218.

⁶⁷ Maria L. Marclio, op. cit.

⁶⁸ *Idem*, p. 197.

⁶⁹ Sobre a pecuária no Paraná da primeira metade do século XIX, ver H. Gutiérrez, *Escravidão e fazendas de cana no Paraná durante a primeira metade do século XIX*. São Paulo, Fipe/USP, 1989 (mimeo).

⁷⁰ Maria L. Marclio, op. cit., pp. 274-277.

⁷¹ *Idem*, *ibidem*.

⁷² Francisco V. Luna & Iraci del Nero da Costa, op. cit., p. 219.

⁷³ *Idem*, p. 219.

⁷⁴ Maria L. Marclio, op. cit., p. 161.

⁷⁵ H. Gutiérrez, op. cit., pp. 7-8.

⁷⁶ Paulo A. Zarth, *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Niterói, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense (dissertação de mestrado), 1988, p. 11.

⁷⁷ Cf. Fernando H. Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. (2ª ed.); Berenice Corseti, *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói, Departamento de História/UFF (dissertação de mestrado), 1983.

⁷⁸ Berenice Corseti, op. cit.

⁷⁹ Paulo A. Zarth, op. cit., p. 108.

- ⁸⁰ Berenice Corseti, op. cit.
- ⁸¹ *Idem*, Fernando H. Cardoso, op. cit. ; Larissa Virginia Brown, op. cit., pp. 391-395.
- ⁸² Larissa Virginia Brown, op. cit., p. 432.
- ⁸³ Brasil, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit., p. 30.
- ⁸⁴ Larissa Virginia Brown, op. cit., p. 382; Fernando H. Cardoso, op. cit., p. 56.
- ⁸⁵ Larissa Virginia Brown, op. cit., p. 363.
- ⁸⁶ *Idem*, p. 363; Fernando H. Cardoso, op. cit., p. 57.
- ⁸⁷ Manoel Maganhaens. "Reflexões políticas sobre o estado atual da capitania do Rio Grande", 20 de julho de 1808. Arquivo Nacional, Códice 807, Vol. I, f. 224-226. Citado por Fernando H. Cardoso, op. cit., p. 57.
- ⁸⁸ Larissa Virginia Brown, op. cit., p. 429.
- ⁸⁹ Larissa Virginia Brown, op. cit., p. 429.
- ⁹⁰ Brasil, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit., p. 30.
- ⁹¹ Maurice Godelier, *Horizontes e antropologia*. Lisboa, Edições 70, s/d. Sobre a noção de formação econômico-social, ver também Emílio Sereni, "La categoría de formación económico-social". In: Cesare Luporini & E. Sereni, *El concepto de formación económico-social*. 3ª ed., México, Cuadernos de Pasado y Presente (39), 1978.
- ⁹² Maurice Godelier, op. cit., p. 123.
- ⁹³ *Idem*, p. 123.